

Notas sobre o marcellismo*

JORGE SAMPAIO

Ex Presidente de la República Portuguesa

Some Notes on Marcelism

RESUMEN

Para el salazarismo, la estabilidad consistía en erradicar de la sociedad la elección de alternativas, esto es el conflicto. Ese orden comenzó a desmoronarse sobre todo desde los años 60, como consecuencia de los cambios socioeconómicos y culturales que acentuaban los factores de información y de concurrencia en la sociedad portuguesa. Ante este nuevo panorama, el éxito de Marcelo Caetano sólo era posible mediante un compromiso con los nuevos actores sociales y con las nuevas fuerzas políticas empeñadas en la instauración de la democracia. Sin embargo el Presidente del Consejo no quiso o no pudo asumir ese compromiso, viéndose obligado al cabo de un tiempo a volver sobre sus iniciales pasos aperturistas.

PALABRAS CLAVE:

Transformaciones sociales portuguesas. Reformismo marcelista. Fracaso del marcellismo

ABSTRACT

The social and political stability under salazarism was contemplated as a result of alternatives choice and conflicts suppression. That order was mainly eroding along the decade of sixteenth as a consequence of social, economic and cultural changes that were accentuating information and concurrence factors in Portuguese society. Facing this new stage, the success of Marcelo Caetano's reformism was depending on his capacity of commitment with the new social actors and the opposition political forces solidly engage in democratic goal. However, the President wasn't capable—or wasn't allowed—to assume this commitment, even reversing after the first hopeful times his initial reformist trends.

KEYWORDS:

Portuguese Social Changes. Caetanos's Reformism. Marcelism Failure

* Intervención de clausura de las XI Jornadas de *Estudios Luso-Españoles*.

Senhor Director
Senhores Professores
Caros alunos
Minhas Senhoras e Senhores

Quero, antes de mais, agradecer o amável convite que me foi dirigido para intervir nesta XI.^a edição das Jornadas de «Estudos Luso-Espanhóis», este ano oportunamente dedicadas ao Professor Marcello Caetano. Nas breves notas que se seguem, decidi adoptar um registo mais pessoal, tendo sobretudo convocado a voz da minha memória para evocar a figura de Marcello Caetano e do seu tempo para alinhar estas reflexões, nas quais naturalmente transparecem outrossim a minha visão dos desafios da época, dos seus *enjeux* bem como das expectativas de muitos, como eu.

Os portugueses tomaram conhecimento de que o ditador Oliveira Salazar tinha sofrido um acidente irreversível em meados de Setembro de 1968. Eu estava em Paris quando a noticia me surpreendeu. Acabava de sair de uma reunião clandestina com o Secretário-geral do Partido Comunista Português, onde se debatera a possibilidade de uma acção comum das várias correntes de esquerda contra a ditadura.

A 26 de Setembro, o Presidente da República anunciou que se vira obrigado a substituir o Presidente do Conselho de Ministros, tendo escolhido para o lugar Marcello Caetano.

Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, era sem dúvida uma personalidade muito conhecida. Várias gerações de juristas tinham frequentado as suas aulas e consultado as suas obras. Fora um Ministro influente nos anos 40 e 50 e era considerado um dos ideólogos do corporativismo e do *Estado Novo*. Por algum tempo fora-lhe atribuído o estatuto de «delfim» de Salazar.

Apesar disso, a escolha de Marcello Caetano não agradava plenamente aos sectores mais integristas do regime e foi acolhida com moderada expectativa pelos seus opositores. Eu conhecia-o bem. Contactara com ele mais de perto em 1962, sendo ele Reitor da Universidade Clássica de Lisboa e eu Secretário-Geral da Reunião das Associações Académicas de Lisboa. Viveramos então aquilo que hoje, a esta distância, posso talvez considerar um dos momentos decisivos de cada uma das nossas vidas: o dia do Estudante.

As associações prepararam comemorações desse dia simbólico, contando com a anuência do Reitor. Mas o Governo decidiu não autorizar as manifestações estudantis, colocando o Reitor em cheque. Marcello convidou então os estudantes para um jantar num restaurante situado nas imediações da Cidade Universitária. No caminho, a polícia carregou sobre nós com a violencia habitual. Ao Reitor, que, recorde-se, saíra do Governo em 1958, só restava demitir-se, atitude que mereceu a simpatia estudantil. A partir daí, recolheu-se à vida académica, cultivando o distanciamento da política activa.

O novo Presidente do Conselho de Ministros anunciou de imediato um programa reformista, que ele próprio denominou de «renovação na continuidade». Implicitamente reconhecia que tinham sido alterados os pressupostos em que o salazarismo assentara e lograra uma extraordinária estabilidade política -praticamente 4 décadas, desde 1928, data em que o Professor de Finanças de Coimbra foi chamado pela primeira vez ao Governo. Percebia-se que pretendia conduzir uma liberalização do regime, com um sentido modernizado, a qual foi então baptizada de «Primavera Política».

A estabilidade, para Salazar, implicava combater, e se possível erradicar, da sociedade portuguesa a escolha entre alternativas, isto é o conflito. O conflito era visto como uma força negativa. E a influência estrangeira era assimilada a conflito. A concorrência era equivalente a conflito. Salazar edificou um regime em que as eleições serviam para ratificar escolhas previamente decididas. Os partidos políticos foram proibidos e toda e qualquer associação só podia ser constituída com o consentimento expresso da Administração. Os mercados monetários e financeiros foram fechados. A paridade do escudo era garantida pelo Estado. Os investimentos industriais necessitavam de autorização administrativa («condicionamento industrial»). A emigração e o turismo foram reduzidos. A posição geográfica de Portugal, fora do eixo central das comunicações da Europa e do Atlântico, funcionou como um factor automático de isolamento.

A corrente de informação era pequena. A maior parte dela era controlada pela Administração do Estado, as Forças Armadas e a Igreja. O nível de educação formal era baixo. A imprensa, a edição de livros, a rádio e o espectáculo ou pertenciam ao Estado, ou estavam sujeitas a controlo político rigoroso, incluindo a censura administrativa prévia. Em suma, o trabalho, o capital, o poder simbólico e político eram regulados fora dos mercados.

Instrumentos essenciais da nova ordem foram a Administração Pública, as Forças Armadas e a Igreja. Eram e consideravam-se a si próprias como reguladores de uma sociedade altamente estruturada, estável e isolada, onde nenhum conflito podia ser decidido através da competição e da escolha.

Esta ordem começou a ser posta em causa após a Segunda Guerra e sobretudo nos anos 60. Os factores de mudança prendem-se com o aumento da informação e da concorrência.

A informação e a concorrência estão interligadas. A educação, os jornais, a rádio e a televisão desenvolveram-se nessa década. O consumo massivo de televisão principiou em meados dos anos 60. O controlo governamental da informação torna-se então mais difícil.

A concorrência começou com a concorrência económica externa. A concorrência chegou primeiro através do comércio externo, com a subida das importações já nos anos 50. O desmantelamento da protecção aduaneira começou nos anos 60, depois da EFTA. Aqui se iniciou a integração internacional da eco-

nomia portuguesa. O turismo e a emigração tiveram o mesmo efeito duplo do aumento da concorrência e da informação sobre o controlo administrativo.

A Administração Pública mostra-se incapaz de lidar com a alteração da economia externa e, em geral, com o fluxo internacional de informação, a emigração e o turismo —que corroeram o monopólio administrativo do sistema de regulação.

Nenhum destes factores externos de mudança foi previsto, o que aumentou as dificuldades de adaptação e reacção. A esse erro de previsão há que somar um outro: África. As instituições portuguesas julgaram até demasiado tarde que os impérios coloniais europeus podiam sobreviver a uma guerra europeia total. Supunha-se que o movimento das independências africanas era limitado, controlado e eventualmente reversível. Em qualquer caso, a solidariedade NATO jamais estaria disponível contra os países não alinhados.

A informação e a concorrência perturbaram a legitimidade do regime e o seus processos de resolução de conflitos. O aumento das expectativas sociais, económicas e políticas não foi acompanhado pelo aumento da capacidade das instituições. O controlo da sociedade tornou-se mais difícil com a extensão de áreas de conflito e a emergência de actores sociais até então desconhecidos.

Foi este o contexto no qual Marcello Caetano encetou o que tal vez pudesse ter sido uma via de transição do Autoritarismo para a Democracia. O sucesso desse caminho não podia deixar de estar associado a um compromisso com os novos actores sociais e com as forças políticas que davam o melhor da sua inteligência e da sua determinação pela instauração da liberdade e da Democracia em Portugal.

Deste ponto de vista, 1969 foi um ano crucial para a história do *Estado Novo*, com repercussões que se fizeram sentir até a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Marcello prometeu eleições para esse ano. E enquanto enfrentava a «ciclópica» (o termo é dele) tarefa de constituir e consolidar as bases do seu programa reformista, em Portugal e nas colónias (que visitou em Abril, desse modo marcando a diferença relativamente ao seu antecessor que nunca viajara até África), multiplicavam-se as frentes de oposição social e política ao Estado autoritário. Estes confrontos funcionaram como teste à genuinidade da abertura política prometida e sublinharam, implicitamente, que uma transição do Autoritarismo para a Democracia não podia ser realizada nem contra nem à margem da Oposição.

Refiro as principais áreas de dissidência manifestadas logo nesse ano de 1969. Um grupo de católicos, reunidos em Janeiro, apela à paz e à discussão do tabu «guerra de África». Movimentações operárias e sindicais proibidas e reprimidas. Uma vaga de contestação estudantil em Lisboa, Porto e Coimbra, culminando nesta última cidade universitária com uma greve que se prolonga desde finais de Abril até aos exames. A realização em Aveiro de um Congresso da Oposição destinado a promover a análise da situação política e a debater as bases programáti-

cas das candidaturas às anunciadas eleições. O Congresso, efectuado em Abril, teve a presença de cerca de 1500 delegados.

As eleições, realizadas em Outubro, representaram em primeiro lugar um grande esforço de mobilização intelectual, social e político da oposição, aliás oposições, pois, em 3 distritos surgiram duas listas, aglutinando cada uma delas distintas orientações. Em segundo lugar, puseram em evidência que o regime permanecia quanto aos mecanismos de garantia da liberdade e de representação política plural absolutamente fechado.

Nalguns casos a mobilização da oposição conseguiu ultrapassar a viciação eleitoral, mostrando claramente que, noutras circunstâncias, o pluripartidarismo se imporia naturalmente. A presença massiva de apoiantes nas sessões de esclarecimento dos candidatos da oposição, muitos deles com idades entre o 21 e os 31 anos, e a corajosa abordagem dos temas de fronteira, permitiu afirmar com inesperado vigor e entusiasmo novas propostas para o futuro da sociedade portuguesa, aspectos fundamentais de um programa de democratização da vida política nacional e colocar a questão colonial como questão incontornável para Portugal.

A chave para a compreensão do fracasso do marcelismo está sem dúvida na evolução das Forças Armadas portuguesas determinada pela Guerra em África. A relevância deste factor exige uma explicação mais detalhada.

A guerra criou uma específica dependência do poder político relativamente as Forças Armadas. O próprio Salazar experimentou, pela primeira vez, nos primeiros anos da década de 60, dificuldades sérias com as Forças Armadas.

O oficial da guerra de África desempenha tarefas intensas e com grande autonomia. Está sozinho numa vasta área, subdesenvolvida e sub-administrada, com uma população esparsa. Tem que se aplicar numa guerra psicológica e no desenvolvimento económico. Por vezes exerce um poder civil. A guerra anti-guerrilha, do ponto de vista organizativo, sem diminuir o poder dos generais, atribui papel relevante aos capitães, que comandam unidades operacionais.

A guerra africana fez crescer os escalões intermédios e tornou menos atraentes as expectativas de promoção militar. Tornaram-se frequentes as «comissões no Ultramar». Os estudantes universitários tornaram-se uma das componentes crescentes do corpo de oficiais.

Entretanto, a posição social dos militares, paralelamente com o que sucedia ao funcionalismo público, deteriora-se.

A evolução das Forças Armadas é condicionada por todos estes factores, acrescidos do *stress* de guerra. Eles levaram-nas a agir, em 1974.

O que se verificou pois foi que o marcelismo não quis ou não pode -há distintas perspectivas sobre o uso destes dois termos -comprometer-se com as forças emergentes da mudança social nos anos 60. Não soube lidar com as consequên-

cias das próprias reformas e das expectativas que elas criaram e viu-se forçado a reverter sobre o sentido dos seus passos iniciais. Os historiadores tem apontado dois tempos do marcelismo, significando o segundo, após o fracasso da liberalização, uma tentativa desesperada de retomar o controlo administrativo da sociedade, o que se saldou num novo endurecimento do regime, precipitando-o afinal numa ruptura revolucionária.

Muito obrigado a todos.